

CARTA ABERTA DE SERVIDORES DO IBAMA
AO PRESIDENTE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

À EQUIPE DE TRANSIÇÃO

É notória a tragédia ambiental aprofundada no Brasil desde 2019. A “passada da boiada”, almejada pelo atual governo e dirigentes, no Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ampliou a degradação dos recursos naturais brasileiros, o caos social, especialmente na Amazônia, bem como os prejuízos econômicos e políticos sob o ponto de vista internacional. O Brasil e o mundo tomaram conhecimento destes fatos.

Perseguidos por dirigentes que passaram a conduzir o IBAMA, os servidores de carreira não se renderam ou abdicaram do cumprimento de sua missão institucional. Lidando com assédio cotidiano e dirigentes antagônicos a tudo o que a política ambiental brasileira preconiza, resistimos. Seguimos em frente e perseveramos para continuar atuando na proteção do meio ambiente. Lamentamos não ter podido vencermos todas as lutas, mas lutamos.

Lutamos para mostrar à sociedade brasileira e ao mundo onde chegaríamos com o descalabro ambiental. Pautamos a imprensa nacional e internacional, alertamos o mundo, por meio de diversos documentos técnicos, dentre os quais citamos: o Ofício Nº 384/2019/SUPES-TO (SEI 5798994); a Manifestação Técnica nº 2/2020-NMI-CE/DITEC-CE/SUPES-CE (SEI 8011719); e a Carta nº 1/2021-NMI-SC/DITEC-SC/SUPES-SC (SEI 9754603), subscritos por centenas de servidores do órgão. Alertamos para o colapso da gestão ambiental, frente ao discurso político a favor do cometimento de crimes ambientais e das medidas adotadas contra a atuação eficaz do IBAMA, bem como para os alarmantes níveis de desmatamento na Amazônia e demais biomas. Expressamos nossa imensa preocupação com a condução da agenda ambiental no Brasil e encaminhamos propostas que julgamos fundamentais para solucionar a atual crise instalada.

Agora, o horizonte se abre para a adoção de uma nova política ambiental, mais amistosa com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Novos desafios também estão adiante.

Frente a tais desafios, viemos ressaltar que o IBAMA é instituição central no combate ao desmatamento ilegal e aos crimes ambientais no país. Todas as grandes ações eficazes no combate ao desmatamento da Amazônia já realizadas foram protagonizadas pelo IBAMA, graças à então autonomia dos agentes ambientais federais em desenvolver estratégias inovadoras, aliadas à capacitação, dedicação e competência técnica dos servidores.

Fomos significativamente responsáveis pela redução já alcançada em 80% do desmatamento ilegal na Amazônia. Em 2012 foi registrada a menor taxa de desmatamento da história. Atuamos na proteção ambiental em todos os biomas. Somos especialistas. O estado brasileiro criou nossa carreira exatamente para isto.

Contudo, esta expertise não foi aproveitada pelo atual governo que optou por adotar uma política antiambiental. Recomendamos que os erros do passado não se repitam. Assim, destacamos ao governo que se inicia que é prioritário o fortalecimento institucional do IBAMA e da fiscalização ambiental federal. O sucesso na proteção do meio ambiente, e nos compromissos assumidos frente às mudanças climáticas, depende da implementação de um conjunto de medidas estratégicas, tais como:

Direção institucional: é necessário que as unidades organizacionais de mais elevado nível, bem como as Superintendências nos estados, unidades estratégicas para a fiscalização ambiental, sejam dirigidas por servidores públicos de carreira, especialistas em meio ambiente, com experiência e elevada capacidade para conduzir as ações estratégicas necessárias;

Força de trabalho: é necessário realizar urgentemente concurso para prover no mínimo 2.000 Analistas Ambientais e Analistas Administrativos para os setores de comando e controle do Ibama, em curto prazo, e incrementar a capacidade instalada para responsabilização dos infratores ambientais;

Valorização dos servidores: é necessário valorizar os servidores como os maiores ativos institucionais, atribuindo-lhes o protagonismo na execução das políticas públicas ambientais, provendo as condições e meios de trabalho necessários e assegurando-lhes direitos laborais que têm sido negligenciados, bem como uma justa remuneração perante o relevante papel que têm na proteção do meio ambiente;

Recursos financeiros: prover recursos orçamentários e financeiros em escala e regularidade para que seja viabilizar desenvolvimento institucional;

Infraestrutura: investir substancialmente na modernização e adequação da estrutura física, logística e tecnologias modernas, condições fundamentais para as ações estratégicas demandadas;

Autonomia institucional: é urgente fortalecer a autonomia institucional, seja administrativa, financeira ou operacional, a fim de garantir maior estabilidade e segurança para o corpo de dirigentes e servidores, fundamentais para a boa governança ambiental e o alcance dos resultados esperados. Destaca-se que ao Ibama deve competir a tarefa de coordenação interagências na ações de proteção ambiental, pois é a especialidade desta autarquia;

Legislação ambiental: é necessário aperfeiçoar a legislação ambiental sancionadora, revendo e revogando normas que são marcos do retrocesso ambiental, bem como definir novas infrações ambientais, aperfeiçoar as sanções administrativas existentes, estabelecer mecanismos mais eficientes para a execução das punições e para reparação dos danos ambientais.

A efetiva adoção das medidas elencadas é fator crítico na geração dos resultados adequados ao cumprimento dos compromissos e desafios assumidos pelo novo governo, sem as quais não haverá confiança de que o Brasil será capaz de superar a crise ambiental e climática, promover a justiça ambiental, o desenvolvimento em bases mais sustentáveis e garantir um rápido reposicionamento no cenário internacional, como um país comprometido com os problemas ambientais globais.

Por fim, destacamos nosso total apoio aos servidores da carreira, especialistas na fiscalização ambiental federal, que foram designados para compor a Equipe de Transição, para proposição das diretrizes em anexo e definições que efetivamente possam marcar o período que se inicia como um recomeço para o meio ambiente do nosso país.

Brasil, dezembro de 2022.

Servidores do Ibama